REFLEXÕES SOBRE O LAZER E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE CULTURAL

A REFLECTION ON LEISURE AND ITS RELATION TO CULTURAL SUSTAINABILITY

Ane Caroline Lopes Machado

Yandra de Carvalho Gusmão

RESUMO

O lazer tem, a cada dia, recebido a atenção de diversas áreas do conhecimento, sobretudo após 1960, quando sua relevância se tornou ainda visível no meio acadêmico, com a emersão de boa leva de reflexões problematizando a questão. Contudo, o debate entre as relações do lazer com a sustentabilidade cultural, preceito esse também fruto das preocupações contemporâneas com a diversidade, equilíbrio e desenvolvimento endógeno não parecem suficientemente discutidas. Assim, este estudo visa debater como o lazer pode corroborar para uma apreensão mais vasta da(s) cultura(s) por parte dos indivíduos, bem como oportunizar a eles, mediante a vivência de distintos conteúdos do lazer, uma melhor relação com a alteridade, isto é, com a diferença entre manifestações culturais e visões de mundo muitas vezes presentes no seio da própria coletividade do qual ele faz parte. Este trabalho justifica-se pela possibilidade de aprofundar o debate acerca do lazer e suas implicações para fomentar atitudes de maior respeito frente ao "outro" traço esse constituinte do preceito de sustentabilidade cultural. O procedimento metodológico privilegiado deste trabalho é a revisão bibliográfica. Constata-se, por fim, que seria importante que os gestores de equipamentos de lazer, bem como as instituições de ensino possam favorecer uma maior acessibilidade dos espaços de lazer além daqueles comumentemente usufruídos pelos indivíduos. Logo, dar a oportunidade para conscientizá-lo do valor em se buscar vivências de lazer diferentes, compreendendo melhor, assim, a diversidade cultural que marca o mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Lazer; Sustentabilidade Cultural; Cultura; Interesses Culturais do Lazer; Alteridade.

ABSTRACT

Leisure has, every day, received attention from various fields of knowledge, especially after 1960, when its importance became visible even in academia, with the emergence of good leads to thoughts questioning the question. However, the debate between the relationship of leisure with cultural sustainability, this rule also the result of contemporary concerns with diversity, balance and endogenous development does not seem sufficiently discussed. This study aims to discuss how leisure can corroborate to a broader concern (s) culture (s) by individuals, as well as make them through the experience of different contents of leisure, a better relationship with the otherness . This work is justified by the possibility of deepening the debate about its implications for leisure and promote greater respect of attitudes against the "other" trace constituent of this precept of sustainability cultural. privileged methodological procedure of this paper is the literature review. There is, finally, it was important that managers of leisure and educational institutions to foster greater accessibility of leisure facilities in addition to those commonly enjoyed by individuals. So, give the opportunity to make you aware of the value in pursuing various leisure experiences, understanding better, so the cultural diversity that marks the contemporary world.

Keywords: Leisure; Cultural Sustainability; Culture; Cultural Interests of Leisure; Otherness.

INTRODUÇÃO

O lazer, enquanto uma manifestação cultural presente em diversas sociedades ocidentais ao longo da história (GOMES, 2008), tem ganho destaque na contemporaneidade no que tange à reflexão sobre a sua natureza, ocorrências, motivações e impactos sobre os indivíduos. No entanto, importa destacar que, embora concordemos com a autora supracitada quanto ao fato do lazer apresentar antecedentes que remontariam à Antiguidade Clássica, nos parece oportuno salientar, assim como Dumazedier (2004), que essa manifestação cultural e, consequentemente, essa temática, emerge com maior notoriedade após a Revolução Industrial, mormente a partir da década de 60 do século XX. Nesse período de acordo com o sociólogo francês, vem à tona uma gama de trabalhos acadêmicos capazes de problematizar a questão acerca de como o ser humano

moderno vivencia seu tempo disponível para além de suas obrigações sociais elementares.

Apesar de ser possível constatar uma polissemia semântica referente ao lazer, o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1976, p.34) afirma que esse fenômeno social poderia ser compreendido como o conjunto de ocupações as quais o individuo pode entregar-se de livre vontade, em um tempo fora das suas obrigações profissionais, familiares e sociais, tendo a capacidade de propiciar não só descanso e divertimento, mas, ainda, um desenvolvimento individual. Em suma, eis aqui um dado de fundamental importância para a presente investigação: que o lazer pode favorecer o desabrochar de habilidades, o desenvolvimento de capacidades, isto é, o aperfeiçoamento do próprio ser humano.

Após a apresentação sucinta de como se entenderá, em linhas gerais, o fenômeno do lazer nesta pesquisa, faz-se necessário evidenciar que as vivências do tempo livre podem ser categorizadas ou reduzidas em seis grandes conteúdos culturais, a saber: os interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais e sociais (DUMAZEDIER, 2004; GOMES, 2008) além do conteúdo turístico, conteúdo esse postulado por Marcellino (2006, p.18).

Compreende-se que o campo de interesses artísticos seria concernente à busca por manifestações que estimulem o imaginário, que fomentem a ascensão de dados sentimentos, como o da beleza, que propiciem, ainda, mediante as artes, a evasão, a distração e a reflexão acerca da própria condição humana; já as vivências dos conteúdos alinhavados aos interesses intelectuais buscariam o contato com manifestações que aumentem o conhecimento, que estimulem a inteligência, como, por exemplo, a leitura e a realização de cursos. Os interesses esportivos, por sua vez, seriam aquelas atividades que se pautariam sobretudo no movimento, tais como o passeio, a pesca ou a ginástica.

Concernente às práticas manuais, ter-se-ia, por exemplo, na produção de peças, artefatos, objetos, seu cerne, que seria a transformação de dadas matérias-primas em produtos ou bens, com destaque aqui para o artesanato. Os relacionamentos ou contatos são a marca dos interesses sociais, que podem ser visualizados facilmente ao nos recordarmos das festividades. Por fim, o interesse

turístico se caracterizaria pela busca de novas paisagens, pessoas e culturas outras, buscando, dessa maneira, uma evasão, isto é, uma ruptura com o cotidiano (MARCELLINO, 2006, p.18).

Posto isso, o lazer pode, desde que imbuído dos pressupostos de uma diversificação possível de suas manifestações e de uma democratização dos seus conteúdos, se fazer uma importante ferramenta educacional, seja para estimular o desenvolvimento de inteligências múltiplas (GARDNER, 2000) seja para favorecer uma melhor relação com a diversidade por parte do sujeito, pois pode haver ali uma maior possibilidade de abertura para o mundo, para o outro. Tal assertiva parece ganhar ainda mais relevância se nos recordarmos que o mundo contemporâneo é, antes de tudo, um contexto marcado pela pluralidade de manifestações culturais, tese essa corroborada por Hall (2002, p.17). Ademais, de acordo com Gomes (2008, p.10), não se pode dissociar os significados e possibilidades do lazer das dimensões sociais inscritas na realidade atual. Uma condição social plural pode, em tese, favorecer vivências e apreensão de significados também pautados pela pluralidade, estimulando, em alguns casos, melhor relação dos sujeitos com a alteridade, no fundo, com o outro.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir como o lazer pode corroborar para uma apreensão mais vasta da(s) cultura(s) por parte dos indivíduos, bem como oportunizar a eles, mediante a vivência de distintos conteúdos do lazer, uma melhor relação com a alteridade, isto é, com a diferença entre manifestações culturais e visões de mundo muitas vezes presentes no seio da própria coletividade do qual ele faz parte. Os objetivos específicos da presente investigação seriam: i) debater o conceito de cultura; ii) desencadear uma reflexão acerca das relações entre lazer e educação; iii) dissertar acerca do que venha a ser sustentabilidade cultural. Além disso, subjacente à própria discussão, procurar-se-á evidenciar a importância da escola como instituição estratégica para contribuir para uma maior acessibilidade das diversas camadas da sociedade aos seis conteúdos culturais. Portanto, este trabalho se justifica ao se inserir em um debate atual, buscando contribuir para a discussão de como o lazer, enquanto prática, é capaz de estimular nas pessoas, mediante a expansão de horizontes referentes a sua própria

cultura, o senso de alteridade, que, a nosso ver, é um pilar fundamental na busca da sustentabilidade cultural, preceito que prima pelo equilíbrio e respeito em relação à questão cultural, em um mundo, muitas vezes, marcado pela intolerância, supressão e preconceito em relação à cultura dos outros.

Essas questões se fazem essenciais para se compreender o lazer como um fenômeno sociocultural importante, uma vez que ele possibilita o alargamento referente ao conhecimento do mundo, do outro e dos próprios sujeitos. É, através dele, que se pode conhecer e se redescobrir diferentes formas de olhar o outro e a si mesmo, sobretudo respeitando as diferenças e incorporando novos valores, através do sentimento de alteridade.

Para desencadear a presente investigação, este *paper* se subdividirá em três partes. A primeira seção visa discorrer sobre o que se entende por cultura e como é importante entendê-la sem reducionismos teóricos, e/ou ideias preconcebidas. A segunda seção não só apresenta, mas discute o conceito sustentabilidade cultural e procura apontar como, ainda que de maneira inicial, ele se relaciona com o lazer. Já o terceiro e último momento traz uma reflexão sobre como o lazer, enquanto um veículo e objeto da educação, ou seja, vivência intimamente associada à instrução dos homens, favorecendo o sentimento de alteridade, e porque entende-se necessário que a escola e os empreendedores oportunizem, bem como os próprios sujeitos busquem ao menos, a possibilidade de se vivenciar o lazer em seus diferentes conteúdos. E, além disso, ainda que experienciando apenas alguns deles, que essa busca pela evasão contemple, ainda ali, uma visão plural e diversificada das manifestações culturais.

A metodologia utilizada neste trabalho se constitui, basicamente, em uma revisão bibliográfica, útil também para retomar sinteticamente parte do construto teórico já efetivado sobre temas como lazer, sustentabilidade cultural, cultura e educação.

1 REVISITANDO A COMPREENSÃO DE CULTURA

A nosso ver, antes de travarmos uma discussão concernente ao lazer e sua relação com a sustentabilidade, mormente o viés cultural dessa noção, nos parece necessário retomar o debate acerca de um conceito, em geral, tão caro às Ciências Humanas: a cultura.

No que tange à cultura, é inegável que esse conceito é polissêmico. Aliás, esta não é uma constatação nova, visto não ser de hoje que muitos teóricos vêm se debruçando sobre esse vocábulo com o intuito de forjar uma definição capaz de contemplar tudo o quê essa categoria abarcaria.

Geertz (1989, p. 56), ao propor uma definição de cultura essencialmente semiótica, crítica a ideia de cultura "[...] como [constituída por] complexos padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos", embora o próprio autor reconheça que tal visão ainda se faça presente nas Ciências Sociais. Ou seja, tem se aqui uma clara ruptura com uma noção que povoa ainda o imaginário de significativa parcela de pessoas, qual seja: de que a cultura seria, na verdade, um conjunto de atitudes, ações visíveis no mundo. A cultura, nesse ínterim, poderia quase ser traduzida como "aquilo que se vê", concepção essa eivada de significativo reducionismo teórico.

Um entendimento de cultura mais coerente dar-se-ia ao levar em consideração que essa seria antes "[...] um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções – para governar o comportamento". O conteúdo da citação supracitada está intimamente associado à outra ideia defendida por Geertz: a de que o homem é um animal que precisa de tais mecanismos de estruturação e controle que estariam fora dele, isto é, seriam extragenéticos. Essa concepção estaria mais próxima da tese de que a ordenação do mundo em termos simbólicos é "a capacidade singular da espécie humana" (SAHLINS, 1997, p.41). Portanto, a cultura seria aquele interstício entre um homem dotado somente de capacidades inatas e o conjunto de suas realizações reais (GEERTZ, 1989, p. 57-58). Dessa maneira, cultura, tal como compreendida por Geertz, seria algo de natureza essencialmente simbólica, concebendo assim que o homem é resultado de

teias de significado que ele próprio teceu e em função das quais ele vive. Aliás, uma passagem de outro estudioso vai ao encontro dessa proposição:

> Assim, não caracteriza o comportamento humano uma articulação automática entre necessidade e resposta, já que estará sempre presente uma mediação simbólica. É esta mediação que pode ser considerada como a instância da cultura. Não é, portanto, um espaço, eventualmente superior, situado além das necessidades básicas do ser humano, mas uma forma de proceder no interior profundo de todas as necessidades (MENESES *In* CARLOS, YAZIGI, CRUZ, 1996, p. 91).

É a cultura que organiza a experiência do homem e ordena, mediante símbolos, o próprio comportamento dos sujeitos. Além disso, outra perspectiva teórica cara a este *paper* diz respeito à adoção de uma linha de raciocínio que refuta o entendimento da cultura como um mero demarcador da diferença, algo também questionado por Sahlins (1997). Em suma, para o antropólogo norte-americano, esse uso funcionalista da cultura, isto é, o uso da mesma como algo útil para distinguir os povos uns dos outros favoreceria mais uma apropriação instrumentalista da mesma, especialmente ao se pautar sobre seus efeitos (SAHLINS, 1997, p.44) do que a compreensão do que seja, de fato, a cultura.

Ademais, faz-se mister asseverar uma terceira ruptura no que tange à compreensão da cultura tal como entendida comumente. A de que a cultura, especialmente, as manifestações culturais das minorias, seria um objetivo em via de extinção. Essa tese, ao se fazer valer dos termos “homogeneização cultural” e “aculturação” acabam por reforçar a ideia de uma “cultura de massas”, quase sempre ligada ao modo Ocidental de vida, que seria, por desdobramento, levado a todos os rincões do mundo. Algo próximo da crença de que

> [...] a padronização de origem comercial ou política traz ou ameaça trazer graves problemas para o desenvolvimento social e cultural da sociedade; estes comportamentos sociais e culturais padronizados limitam a criatividade dos indivíduos e dos grupos. (DUMAZEDIER, 2004, p.93).

Ou ainda, que a televisão, associada

> [...] ao crescente processo de urbanização, vem contribuindo para o desaparecimento de manifestações culturais autênticas, nos vários gêneros,

> notadamente das festas, tanto lúdico-religiosas como lúdico-folclóricas. (MARCELLINO, 1996, p.70).

Ora, se a cultura das minorias seria um objetivo em vias de extinção, a autenticidade, termo recorrentemente associado à ideia de uma "cultura genuína" também estaria com seus dias contados. Entretanto, a ruptura teórica aqui é dupla. Primeiro, com a noção de homogeneização das culturas, pois acreditamos, também, em um movimento concomitante de "indigenização da modernidade" (SAHLINS, 1997, p.130), ou seja, as culturas das minorias detêm e têm usado dispositivos associados ao capitalismo – sistema monetário, rede comunicacional, desenvolvimento dos meios de transportes – para fortalecer suas crenças, noções, visões de mundo. Isso tem favorecido, a cada dia, não só a permanência de suas respectivas culturas, o que não implica pensar que não haja mudança nas mesmas, mas também o fortalecimento dos elos entre os membros de dada comunidade, ainda que estejam situados a milhares de quilômetros de distância da aldeia, da comunidade ou mesmo de um povoamento.

Tecidos esses breves comentários acerca não sódo entendimento da cultura como interstício entre o comportamento real e as necessidades inerentes do homem, mas também como algo que não sofrerá uma "homogeneização", tampouco uma visão que contemple apenas a "identidade", o que revela uma visão antes singular do que plural da cultura, passar-se-á para a discussão acerca de como lazer e sustentabilidade cultural dialogam, quais as implicações, limites e contradições desse fenômeno social para o alcance desse patamar de equilíbrio entre visões de mundo distintas, enfim, acerca da cultura.

2 LAZER E SUSTENTABILIDADE CULTURAL

O que o lazer tem a ver como a cultura? Ou melhor, com as culturas? Como articular e pensar essa busca de evasão humana com a questão da sustentabilidade cultural? Antes de aprofundarmos nosso debate em torno dessas indagações, faz-se importante considerar o conceito de sustentabilidade cultural. No entanto, em

primeiro lugar, é importante assinalar a necessidade de traçar um breve percurso acerca da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável.

O termo sustentabilidade tem sido amplamente utilizado na contemporaneidade, porém não existe um consenso sobre o significado e as implicações desse conceito.

Observamos, ao realizar nossa investigação, que havia uma primazia dos estudos que, ao tratar o assunto da sustentabilidade associam esse preceito apenas com os âmbitos econômico e ambiental, embora em determinado momento se reconheceu a importância de contemplar as dimensões humanas da sustentabilidade.

Apresentaremos a seguir um breve histórico de como a sustentabilidade foi inserida no contexto global, para que, assim, possamos traçar um paralelo entre o seu desenvolvimento ao longo do tempo e sua abrangência atual. Para tal, baseamo-nos em Cooper (2005) e Nascimento (2005).

O movimento rumo à atual plataforma de sustentabilidade começou a ser projetado desde o final do século XIX, quando se evidenciou os primeiros sinais formais de preocupação com o planeta, de acordo com Cooper (2005, p. 268).

Ainda de acordo com Cooper (2005, p.268), na década de 1960, ocorreram os primeiros grandes movimentos no sentido de alertar a sociedade sobre as mudanças decorrentes do desenvolvimento econômico do pós-guerra e sobre a percepção da fragilidade da Terra, alimentada pelas primeiras imagens espaciais. Já Nascimento (2005, p. 36) ressalta que foi, também, um momento de preparação da população para o nascimento da consciência ecológica.

Já a década de 1970 foi um marco para as discussões acerca dos problemas ambientais. Foi marcada pelo Relatório FOUNEX, publicado na Suíça, que objetivou harmonizar meio ambiente e desenvolvimento, assim como buscou evidenciar que os principais problemas ambientais eram também resultantes do subdesenvolvimento e da pobreza (CAVALCANTE, 1998 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 36).

Aconteceu nesse mesmo período a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972, em que foram debatidas

questões técnicas ligadas à poluição provocada pela industrialização, ao crescimento populacional e à urbanização (FOLADORI, 2001 *apud* NASCIMENTO, 2005, p. 37). Reconheceu-se que o meio ambiente deteriorado colocava em risco o direito à qualidade de vida, tanto dos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento. Esse evento foi concluído com a elaboração de um plano de ação, visando diminuir os impactos sobre o meio ambiente, e deu-se a formação de uma Comissão de Estratégia de Conservação Mundial.

A partir do ano de 1980, segundo Nascimento (2005, p. 38), ocorreu um grande avanço conceitual sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Foi nesta época que Sachs formulou as cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, que passaram a nortear novos modelos de desenvolvimento.

Outro grande marco concernente à questão da sustentabilidade foi o Relatório Bruntland (1987) que expandiu o conceito de sustentabilidade e incluiu, além do aspecto ambiental, o viés econômico e o prisma da equidade social (BYRNE E GLOVER *apud* PIRES, 2009, p.89*)*. Logo, a sustentabilidade ficou definida como "o atendimento das necessidades da geração atual, sem o comprometimento das futuras gerações de atender suas próprias necessidades". O Relatório forneceu, também, uma plataforma extremamente importante para o debate da divisão norte-sul da pobreza e sublinhou as preocupações globais projetadas em Estocolmo (COOPER, 2005, p. 269).

Decorrido cinco anos do Relatório, houve, no Rio de Janeiro, no ano de 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Na ocasião vieram à tona os documentos "Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", "Agenda 21" e "Declaração de princípios sobre a conservação de florestas", com o propósito de divulgar ações que minimizassem ações danosas à sustentabilidade global.

Diante do já exposto, concordamos com Trigo (2008, p.215) ao dizer que a sustentabilidade pode ser entendida como: "o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente".

Após essa análise do termo sustentabilidade em si, se faz necessário um melhor entendimento sobre o viés cultural desse preceito, ou seja, a noção de "sustentabilidade cultural", alvo desta discussão.

Entende-se por sustentabilidade cultural, a princípio, as práticas, projetos e ações que levam em conta as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas integrados de produção, respeitando a tradição, abarcando a questão do patrimônio histórico e o respeito às tradições culturais (TRIGO, 2008, p. 215).

A título de complemento, a sustentabilidade cultural seria:

> Dada pela apropriação, concomitante, de sistemas peritos e tradicionais de cultura, tanto por inserção de populações tradicionais, suas formas de manejos dos recursos, estrutura associativa e estrutura de posse das terras necessárias, quanto pelas assessorias técnicas e institucionais pertinentes, acessadas para a montagem dos programas, gestão técnica, administrativa e institucional e articulação global (GUILHERME, 2007, p.206).

Já Sachs (2000), citado por Nascimento (2005, p.43), define como:

> mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Diante desses conceitos, importa destacar que, em momento algum, os autores supracitados defendem uma posição conservadora quanto à mudança cultural. O que se coloca, na verdade é que as mudanças relativas as tradições, costumes e manifestações culturais outras deveriam se dar a partir de intentos das próprias coletividades – comunidades, povos, sociedades, etc – e não a partir de modelos econômicos, ações e projetos de qualquer natureza que, desrespeitando os valores locais desencadeiam processos abruptos e um tanto quanto autoritários de modificação cultural.

A Agenda 21 (*apud* Nascimento, 2005, p.43), citada no Histórico, compreende sustentabilidade cultural como à capacidade de manter a diversidade de culturas, valores e práticas no planeta, no país e/ou numa região, que compõem ao longo do tempo a identidade dos povos.

Ao analisar todos esses aspectos entendemos que a sustentabilidade é a busca incessante de pontos de equilíbrio com relação aos valores, conhecimentos e saberes entre a própria cultura local[1] e as diversas manifestações culturais externas, de modo que se mantenha o tradicional e ao mesmo tempo se agrega novos valores. Processo que se dá, também, através da educação e desenvolvimento pessoal e coletivo propiciados pelo lazer, como será discutido no próximo item.

3 LAZER E ALTERIDADE; EDUCAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS CULTURAIS

Em primeiro lugar, importa asseverar que o lazer pode ser, como já dito, categorizado em seis conteúdos culturais – físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais e turístico. Ora, o que há de comum dentre todos os conteúdos? Como o próprio sintagma nominal "conteúdos culturais" assinala, todos eles são vivências culturais, situados em um tempo-espaço dado. Em resumo, essa necessidade de busca de evasão "se apresenta como um elemento central da cultura vivida por milhões de trabalhadores, [e que] possui relações sutis e profundas com todos os grandes problemas oriundos do trabalho, da família e da política" (DUMAZEDIER, 1976, p.20).

Se levarmos em conta, ainda, que qualquer vivência do lazer se esgotaria em uma das categorias anteriormente assinaladas e que, além disso, uma experiência recreativa dependeria de uma escolha do indíviduo (GOMES, 2008), parece interessante pensar até que ponto: i) as pessoas recebem condições, em termos de educação, para terem, ao menos, condições de usufruir plenamente dos diferentes conteúdos culturais do lazer? ii) até que ponto espaços como museus são capazes de contemplar a diversidade cultural existente em um dado local, podendo ser, sobretudo para os turistas, um ambiente capaz de apresentar diferentes visões do

[1] Entendemos que ao se falar de cultura local, não compreendemos, como já dito, que não há apenas uma cultura referente a um local, mas, talvez, uma maior evidência, seja por parte da mídia ou do setor de turismo de uma dada porção da cultura, isto é, alguns elementos, costumes, tradições e hábitos, que passam a ser naturalizados como "a cultura do local", quando, na verdade, seriam uma das tantas culturas possíveis de se existir no seio de uma coletividade.

"local"? E, ainda, até que ponto a comunidade que ali vai se identifica com o espaço?

O debate sobre o lazer, educação e vivência de diferentes manifestações culturais, sejam elas ligadas à arte, às festividades ou ao conhecimento de maneira mais direta descerra pontos para a reflexão. Embora tenhamos ressalvas quanto a dados excessos do autor, mormente sua visão sobre o peso de uma cultura de massas, fruto da Indústria Cultural, sobre as pessoas de maneira geral, Dumazedier (2004, p. 58) descerra um desafio a ser enfrentado pelo lazer, na medida em que a vivência dessa necessidade humana, que, *a priori*, seria uma opção exclusivamente pessoal, passaria a contemplar que

> Tais necessidades estão evidentemente em interação permanente com as condições subjetivas e objetivas que as favorecem ou as contrariam. São as do mercado econômico que as padronizam, tradições éticas que as censuram ou as canalizam, políticas que tentam manipulá-las, em função de objetivos muitas vezes estranhos às aspirações de livre expressão e comunicação da personalidade.

Destarte, as considerações nos revelam, então, que as vivências de lazer não são isentas de questões de ordem política, econômicas e sociais mais amplas. Antes disso, nos parece claro que, embora não seja determinante, o meio sociocultural em que vive uma dada pessoa, impacta, de alguma maneira, nas suas escolhas concernentes ao lazer.

Ainda que reconheçamos que dados gêneros de atividades de lazer estejam difundidos entre a população em geral, não é possível deixar de reconhecer que há uma "restrição quantitativa no acesso à produção cultural, o consumo desligado da cultura vivida e a prática isolada e conformista" (MARCELLINO, 1996, p.58). Isso colocado é um indício de que o debate em torno da educação para o lazer se torna, no mínimo, necessário, tendo em vista que um dos objetivos do lazer, além da busca pelo descanso e pelo divertimento, é o desenvolvimento (DUMAZEDIER, 1976, p.29). Isso nos permite inferir que um dos objetivos do lazer seria a de favorecer a emersão no indíviduo de novas habilidades; de capacidades ainda não consolidadas plenamente, existentes em estado latente, o que implica o conhecimento e a experiência de manifestações culturais outras que não aquelas comumentemente

vivenciadas. Contudo, vêm à tona as indagações: como experienciar algo que não se conhece? Como usufruir de um dado conteúdo se o sujeito não é suficientemente preparado para aproveitar as vivências, os espaços, alternativas outras em termos de lazer?

Os quatro itens que compõem esse subtítulo podem, agora, ser alvo de maior atenção. Acreditamos que o lazer, imbuído de sua conotação pedagógica, isto é, objeto e fim da educação, favorece a possibilidade de acesso das pessoas a manifestações culturais outras que transcendem seu círculo imediato de convivência. Certamente, levar-se-á em conta que tudo parte de uma escolha autônoma do sujeito. Entretanto, na medida em que os mecanismos formais de educação favorecem essa expansão de horizontes, eis que estão dadas as condições para que o individuo expanda sua visão não de “sua cultura”, mas das diversas manifestações culturais situadas em uma dada região; as diferentes visões religiosas do mundo, manifestações artísticas diversas, festividades outras pautadas em objetivos singulares, etc. E essa possibilidade tende a contribuir para uma visão mais eclética da sua própria sociedade, o que favorece uma relação com a alteridade em outros termos, quais sejam, o do convívio pacífico, do respeito e da compreensão. Esses elementos seriam, para nós, aqueles pilares fundamentais que balizam a noção de sustentabilidade cultural, que pressupõe um equilíbrio nas relações entre grupos presentes em um dado contexto.

Ora, retomando a tese de que há pessoas desprovidas de possibilidades mais favoráveis de acesso a equipamentos culturais como museus e centros de cultura, teatros e cinemas, isso não quer dizer que sejam cidadãos com um nível cultural “menor”, tampouco que sejam elementos mais passivos. Pelo contrário, diversos trabalhos (NERY, 1998; MAGNANI, 2002), demonstram justamente a capacidade de articulação das pessoas, sejam elas de baixa renda, marginalizados ou desprovidos de acesso imediato a espaços de lazer canonizados, mediante mecanismos intricados e complexos, para a vivência de conteúdos culturais do lazer menos rotineiros, como as viagens turísticas, como nos lembra Nery (1998). Ou, ainda a vivência de esportes e festas em comunidades periféricas da cidade de São Paulo, tal como postula Magnani (2002).

A despeito dessas considerações, insistimos aqui que a dimensão educativa do lazer, ao ser vista de maneira fundamental para a busca do senso de alteridade entre os cidadãos, passa, em primeiro lugar, pela reflexão acerca do papel da escola na construção de referências outras, sejam elas esportivas, intelectuais ou mesmo artísticas. À escola, bem como aos gestores de equipamentos culturais de lazer, caberia, a nosso ver favorecer a dessacralização dos espaços, apresentar alternativas, incentivar a produção cultural, dar a conhecer possibilidades outras de experiências de conteúdos culturais que, se não são desconhecidos, são pouco usufruídos por se ter, ainda, "a ideia, bastante popular, de que, para ir ao teatro, é preciso 'entender', ter uma iniciação'" (MARCELLINO, 1996, p.91). O problema aqui é menos do público e mais das instituições, dentre as quais a escola, que não criam mecanismos para tornar mais aberto o espaço ou não forjam mecanismos que aproximem o público desses equipamentos de maneira menos "sagrada" e sim de forma mais espontânea, provocativa e menos sistemática. Além disso, há de pensar acerca da qualidade do que é ofertado tanto pela escola como pelo equipamento cultural, no caso o museu. Enfim,

> Embora tenhamos muito poucas investigações nesse sentido, as de que se pode lançar mão demonstram a relação entre o nível de escolaridade e a prática do lazer. O estudo de Guidi, em Brasília, conclui que a diversificação na prática do lazer é função do nível de escolaridade. Na caracterização do público do teatro em São Paulo, Tânia Nogueira Álvares constatou a influencia da escola e do ambiente familiar no desenvolvimento do gosto pelo teatro. (MARCELLINO, 1996, p.87).

Ademais, ao pensar a programação de ambientes de vivência do lazer, Dumazedier (2004, p.112) observa que:

> O problema que mais nos interessa é o da qualidade dos conteúdos (canções, concertos ou reportagens...) selecionados para o público ou pelo público e a qualidade dos conselhos ou comentários que os responsáveis ou os frequentadores assíduos do estabelecimento podem ser levados a dar. A passividade ou a ignorância dos responsáveis pelo estabelecimento podem encorajar os piores hábitos de certos públicos pouco evoluídos.

Esse estado de coisas corrobora a tese de que há não apenas a associação entre as vivências de conteúdos do lazer e o respectivo nível socioeconômico dos

sujeitos, mas também a que tipo de programação estão submetidos e, sobretudo, que tipo de informações e mecanismos dispõem para diversificar, caso assim o desejem, seu leque de opções de lazer. O próprio sociólogo francês assinala que “a arte destinada ao povo frequentemente apresenta-se acompanhada de certo abaixamento de nível artístico e literário da produção” (DUMAZEDIER, 1976, p.145). Pensa-se aqui não apenas nos produtores culturais como responsáveis, mas também se indaga se a escola tem favorecido o acesso dos educandos a novas formas de arte, se tem estimulado a produção cultural ao invés da reprodução das manifestações, se prima por uma visão, por exemplo, na Educação Física, com a apresentação de esportes ou jogos corporais menos conhecidos. Isto é, se provoca a curiosidade dos alunos.

Nesse sentido, a “elevação das aspirações culturais dos consumidores talvez constitua a condição fundamental para que a sociedade de abundancia não carregue o homem para um mundo, no qual somente reinem valores matérias” (DUMAZEDIER, 1976, p. 140-141). O que rotineiramente se chama de “desenvolvimento cultural”, o que leva erroneamente à crença de que há indivíduos mais desenvolvidos culturalmente do que outros, é, na verdade, para nós, a possibilidade de ampliar o leque de vivências, compreender melhor a complexidade sociocultural que a contemporaneidade está imersa, isto é, alargar horizontes de conhecimento e vivência do lazer dentro da própria cultura. Desenvolver seria muito mais fomentar o senso de respeito, equilíbrio e pluralidade do que o crescimento de uma capacidade de deter “mais cultura”. Além disso, preferimos pensar que, ao invés de um “desenvolvimento” da cultura, termo eivado pela dimensão econômica, melhor seria, ao se pensar em alargamento de horizontes, optar pela adoção da noção de sustentabilidade cultural, sintagma nominal esse que pressupõe equilíbrio, valorização da alteridade e reconhecimento de saberes outros em detrimento de níveis culturais, lucros e juízos de valor, tal como estaria implícito na noção de “desenvolvimento cultural”.

Nesse sentido, na medida em que problematizamos anteriormente que à escola cabe um papel mais ativo, menos reprodutor e mais criador de manifestações culturais, faz-se mister lembrar que, aos gestores de equipamentos de lazer,

mormente museus, caberia, a despeito das políticas públicas, de responsabilidade do Estado, favorecer o acesso das pessoas a esses territórios. E, nesse sentido, evoca-se aqui a importância do uso de recursos pedagógicos que favoreçam uma educação para o lazer. Destaque, nesse ínterim, para os meios de interpretação do patrimônio, especialmente a partir da lógica de que é a própria comunidade que mais detém conhecimento sobre dado lugar (GOODEY, In MURTA e ALBANO, 2002, p.47). Certamente, se os museus e outros equipamentos não estiverem abertos a reconhecer os conhecimentos outros dos visitantes, apresentando programações mais ricas, ecléticas, plurais, capazes de ater a atenção de diferentes públicos que ali acorre em busca de lazer, a noção de sustentabilidade cultural fica aí comprometida. Porque, dessa maneira, tudo leva a crer que se tem um discurso sobre a história e sobre o patrimônio único altamente ligado à memória oficial, embora existam memórias coletivas subterrâneas imersas em uma "memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor" (POLLAK, 1989, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, compreende-se, nas questões aqui apresentadas, a importância de se entender o conceito de cultura de uma forma menos parcial, sem reduzi-lo a hábitos, costumes e tradições, mas mormente como conjunto de pensamentos, crenças e visões de mundo que se manifestam nas atividades e ações visíveis no próprio mundo, capazes, assim, de governar o comportamento humano através da simbologia que representa.

Diante dessa nova concepção de cultura, bem como a partir da constatação de que o mundo contemporâneo é marcado pela diferença cultural, se faz necessário centralizar a sustentabilidade cultural no campo do lazer. Isso posto, constata-se ser enriquecedor reconhecer que a vivência do tempo disponível é uma instância singular capaz de oportunizar aos sujeitos a vivência de distintos conteúdos do lazer, que, no fundo, seriam diferentes manifestações culturais,

favorecendo, assim, uma visão mais ampla sobre a própria cultura ou, melhor, sobre as culturas. E, ao se ter consciência da pluralidade e da extensão das manifestações culturais, essa vivência diversificada dos conteúdos do lazer favorece uma relação mais respeitosa para com o outro, bem como uma fomenta-se uma valorização maior das próprias manifestações culturais do sujeito, ainda que, futuramente, elas se alterem. O problema aqui não é a mudança, mas os termos pelas quais é feita.

Nesse contexto, consideramos de grande relevância que as escolas, o poder público, gestores de equipamentos de lazer, assim como outros segmentos responsáveis com o efetivo exercício deste, desenvolvam políticas, ações e iniciativas que propiciem às diversas camadas da população a receberem melhores condições de desenvolverem novas habilidades; terem acessibilidade aos seis conteúdos do lazer, assim como aos equipamentos; incentivarem a produção cultural.

REFERÊNCIAS

COOPER, Chris; *et al.* **Turismo:** princípios e práticas**.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociedade empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas:** a teoria na pratica. Porto Alegre: Artes Medicas, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Christianne Luci. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. 2. ed. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOODEY, Brian. Interpretação e Comunidade local. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.) **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

GUILHERME, Márcia Lúcia. **Sustentabilidade sob a ótica global e local.** São Paulo: Fapesp, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De dentro e de fora: notas de uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.

MARCELLINO, Nelson C. **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Editores Associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YAZIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 88-99.

NASCIMENTO, Mirian Guedes. **Sustentabilidade cultural no Âmbito do desenvolvimento local:** uma análise do DLIS/SEBRAE-SE. São Cristóvão-Sergipe, 2005.

NERY, Paulo Roberto Albieri. **Viagem, passeio, turismo**: estudo comparado do deslocamento como valor. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 242f., 1998.

PIRES, Marina Salim. **Turismo e pós-modernidade:** teoria, cultura e sustentabilidade**.** Brasília, 2009.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. São Paulo: Estudos Históricos, 1989, nº. 3.

SAHLINS, Marshall. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção** (parte I). In: Mana, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

_____. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção** (parte II). In: Mana, v. 3, n. 2, p. 103-150.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Turismo:** como aprender, como ensinar**.** 4. ed. São Paulo: SENAC, 2008.